

## AGRONEGÓCIO DA FRUTICULTURA E DA SOJA: A TERRITORIALIZAÇÃO DE EMPRESAS AGRÍCOLAS NOS CERRADOS E VALES ÚMIDOS DO NORDESTE BRASILEIRO

FRUIT CULTURE AND SOYBEAN AGRIBUSINESS: THE TERRITORIALIZATION OF AGRICULTURAL ENTERPRISES IN CERRADOS VEGETATION AND WET VALLEYS OF THE NORTHEAST BRAZILIAN

AGROBUSINESS DES FRUITS ET SOJA: LA TERRITORIALISATION DES ENTREPRISES AGRICOLES EN CERRADOS ET VALLÉES HUMIDES DU NORDESTE BRÉSILIEEN

Maria Lucenir Jerônimo Chaves<sup>1</sup>  
[luceniruece@yahoo.com.br](mailto:luceniruece@yahoo.com.br)

Camila Dutra dos Santos<sup>2</sup>  
[camilageo@hotmail.com](mailto:camilageo@hotmail.com)

### RESUMO

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva da agricultura iniciou-se nos anos 1960, na Região Concentrada (SANTOS e SILVEIRA, 2003). Nas décadas seguintes, com a desconcentração espacial das empresas agrícolas e a especialização produtiva no campo, de forma funcional e estratégica, o capital migrou para outras áreas do país, atingindo o que Santos (1988) denominou de lugares de reserva, tais como, certas áreas da região Nordeste. Nos anos 1990, a produção modernizada de grãos chegou aos cerrados nordestinos, pioneiramente, no oeste baiano, induzindo transformações no âmbito político, econômico e social de toda a região polarizada pela cidade de Barreiras (Bahia). Aproximadamente, no mesmo período, a produção intensiva de frutas tropicais (especialmente, banana, melão e manga) voltou-se para exportação, sob o comando de grandes empresas agrícolas nacionais e multinacionais que ocuparam a área compreendida pelos municípios produtores de frutas do Ceará e Rio Grande do Norte, polarizada pela cidade de Mossoró. Neste artigo pretendemos conhecer as dinâmicas socioespaciais inerentes as regiões do agronegócio da fruticultura e da soja, dando ênfase à atuação de empresas agrícolas, bem como o agravamento das desigualdades socioespaciais associadas a essas dinâmicas.

**Palavras-Chave:** Agronegócio. Empresas agrícolas. Cerrados. Vales úmidos. Desigualdades socioespaciais.

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Elias, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PropGeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do grupo de pesquisa, registrado no CNPq, Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Elias, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PropGeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do grupo de pesquisa, registrado no CNPq, Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

## ABSTRACT

In Brazil, the process of productive restructuring of agriculture began in the 1960s, in the Concentrated Region (SANTOS and SILVEIRA, 2003). In the following decades, with the spatial deconcentration of agricultural enterprises and productive specialization in the countryside of functional and strategic way, the capital migrated to other areas of the country, reaching what Santos (1988) called reserve seats, such as, certain areas of the Northeast region. In the 1990s, the modernized production of grains arrived the northeastern cerrados, pioneered, in western Bahia, inducing changes in the political, economic and social context of the entire region polarized by the city of Barreiras (Bahia). Roughly, the same period, the intensive production of tropical fruits (especially banana, melon and mango), turned to exportation, led by large agricultural, domestic and multinational companies, who occupied the area encompassed by the municipalities of fruits producers of Ceará and Rio Grande do Norte, polarized by the city of Mossoró (Rio Grande do Norte). In this article we aim to know the socio-spatial dynamics inherent to the fruit-growing regions of agribusiness and soybean, emphasizing the role of agricultural enterprises as well as the aggravation socio-spatial inequalities associated with these dynamics.

**Key-words:** Agribusiness. Agricultural companies. Cerrados. Wet valleys. Social-spatial inequalities.

## RÉSUMÉ

Au Brésil, le processus de restructuration productive de l'agriculture a commencé dans les années 1960, dans la *Région Concentrée* (SANTOS et Silveira, 2003). Dans les décennies suivantes, avec la déconcentration spatiale des entreprises agricoles et la spécialisation productive du champ, de manière fonctionnelle et stratégique, le capital migre vers d'autres régions du pays, atteignant ce que Santos (1988) a appelé de *lieux de réserve*, comme certains espaces du Nordeste. Dans les années 1990, la production modernisée de grains arrivé aux cerrados du Nordeste, plutôt dans l'ouest de Bahia, induisant des changements dans le contexte politique, économique et social de toute la région polarisée par la ville de Barreiras (Bahia). Dans la même période, la production intensive de fruits tropicaux (particulièrement bananes, melons particulier et mangue), se tourne vers les exportations, dirigée par les grandes entreprises agricoles, nationales et multinationales qui occupait la zone couverte par les municipalités de fruits producteurs de Ceará et Rio Grande do Norte zone, polarisé par la ville de Mossoró (Rio Grande do Norte). Cet article vise à comprendre les dynamiques socio spatiales inhérentes dans les régions de l'agrobusiness des fruits et de soja, soulignant le rôle des entreprises agricoles et l'aggravation des problèmes socio spatiales associées à ces dynamiques.

**Mots-clés:** Agrobusiness. Entreprises agricoles. Cerrados. Vallées humides. Problèmes socio spatiales.

## INTRODUÇÃO

A passagem do século XX para o século XXI é marcada por grandes transformações na economia mundial. A matriz das mudanças contemporâneas está assentada na revolução técnico-científica que traz novas conexões espaço-tempo. Essa revolução torna-se um dos principais agentes de acumulação de capital, dando, assim, uma nova configuração ao capitalismo mundial que permite consolidar um novo momento da sua constituição.

A globalização, na segunda metade do século XX, possibilitou uma crescente integração das economias de vários países no referente à produção de mercadorias, aos serviços, aos mercados financeiros e à difusão de informações. O deslocamento dos processos produtivos provoca a

desterritorialização do capital e a emergência de novos protagonistas na economia mundial, as corporações multinacionais, que exercem poder e força sobre as economias nacionais, no tocante à decisão sobre o que, como e onde produzir.

Na perspectiva de Benko (2002, p. 237), a globalização designa a tendência atual das grandes empresas a delegar parte de seu poder a filiais espalhadas pelo mundo. A crescente ascensão do capital financeiro, por intermédio das redes e circuitos globais informatizados, tem a função de garantir a apropriação, em condições regulares e seguras o quanto possível, das rendas financeiras, juros e dividendos numa escala mundial, criando assim, um regime de acumulação com dominância financeira que, na opinião de Chesnais (1996), guarda vínculo com a globalização ou a *mundialização do capital*, como prefere chamar.

Essa ambiência de transformações na escala mundial propiciou condições de ordem econômico-tecnológica e político-cultural para promover uma reestruturação do setor agropecuário. Elias (2003, 2006) expressa uma periodização associada às mudanças na sua atividade agropecuária brasileira. O primeiro período advém da mudança da base técnica, na década de 1950, com o emprego de insumos artificiais, com a difusão de inovações químicas e mecânicas. O segundo ocorreu em meados dos anos de 1960, quando as grandes corporações se apropriaram da produção agropecuária, organizando-se indústrias a montante e à jusante da agricultura. O terceiro período corresponde à integração de capitais industriais, bancários, agrários e à junção vertical de empresas.

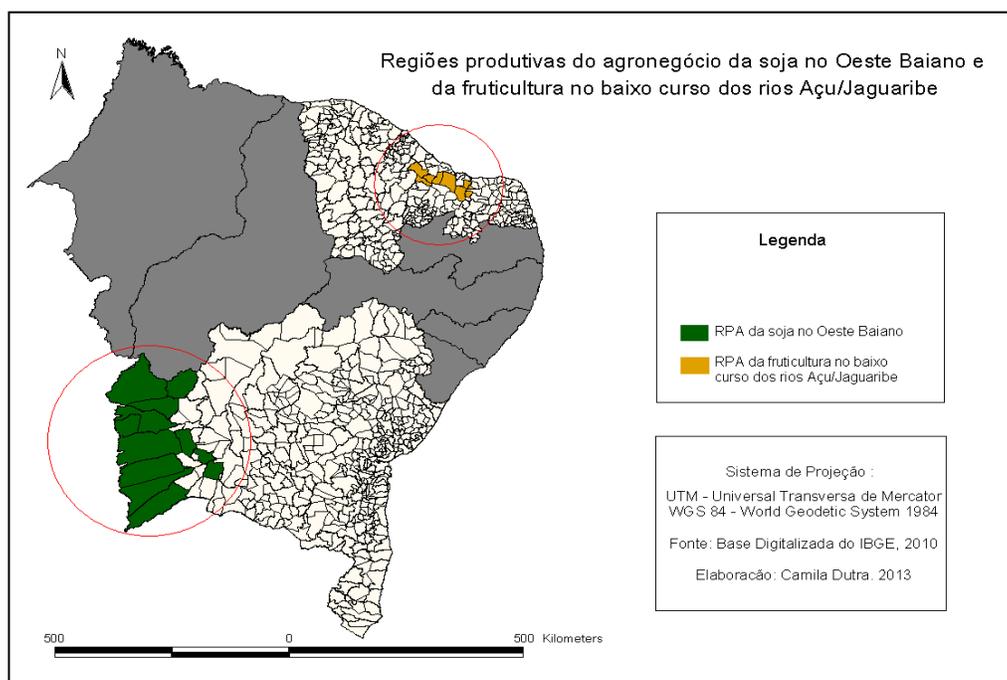
A difusão desse novo modelo de produção globalizada no Brasil induziu uma atividade agropecuária intensa em capital, tecnologia e informação, revelando o dinamismo da produção por intermédio do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Destarte, um número reduzido de grupos empresariais com posição dominante no mercado interno e, sobretudo, externo, exerce controle dos espaços incorporados ao grande capital, seja no campo ou na cidade. Empresas nacionais e internacionais são, portanto, “convidadas” por um Estado, que se torna mínimo às questões sociais e máximo nas parcerias que estabelece com o setor privado, a investirem e explorarem vantagens econômicas em determinado lugar.

E para atender as exigências dessas empresas, os lugares são dotados de verdadeiras redes técnicas e de novos papéis a serem desempenhados pelo próprio Estado. Assim sendo, aumentaram as possibilidades de aproveitamento dos lugares, pelos agentes hegemônicos da economia agrícola, com origem numa seletividade espacial que considera as diferentes vantagens naturais e locacionais nos territórios que compunham o *exército de lugares de reserva* (SANTOS, 1996),

É nesse âmbito que surgem no Nordeste novas *regiões produtivas do agronegócio* (ELIAS, 2011, 2013), que reúnem espaços agrícolas e urbanos atraentes às atividades e agentes ligados a essa atividade econômica. Esses espaços tornaram-se alvos de vultosos investimentos públicos e privados, especialmente nos anos 1980 e 1990, período em que se intensificou a sua valorização

econômica, com a implantação, pelo Estado, de sistemas técnicos voltados a dar suporte às atividades produtivas agrícolas.

Pesquisas coordenadas pela autora citada<sup>3</sup> desde o final dos anos 1990 puderam identificar, no Nordeste, áreas de propagação do agronegócio de soja e de frutas tropicais: i) a região formada pelas microrregiões do Baixo Jaguaribe (CE), Mossoró e Vale do Açu (ambas no Rio Grande do Norte), destacada pela produção de frutas tropicais; ii) outra formada pelas microrregiões de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), nacionalmente conhecida por ser um dos primeiros vales úmidos do Nordeste ocupado pela produção intensiva de frutas tropicais; iii) a terceira é composta pelas microrregiões com saliente produção de soja que abrange o Alto Parnaíba Piauiense (PI), Barreiras (BA) e Gerais de Balsas (MA). Tomam-se aqui, como exemplo para discussão duas dessas regiões<sup>4</sup> (figura 01), a primeira, das quais vinculada ao agronegócio da fruticultura, compreendendo os municípios do Rio Grande do Norte (Baraúna, Açu, Ipanguaçu, Mossoró, Carnaubais, Alto do Rodrigues) e do Ceará (Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré). A segunda, associada ao agronegócio da soja, é composta pelos Municípios de: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Baianópolis, Cocos, Jaborandi, Serra do Ramalho e Santana.



**Figura 01** – Regiões produtivas do agronegócio da soja no oeste baiano e da fruticultura no baixo curso dos rios Açu/Jaguaribe.

<sup>3</sup> Ver Elias (2005, 2006, 2011, 2012, 2013).

<sup>4</sup> Essas regiões são objeto de estudo das teses de doutorado que estão sendo desenvolvidas, pelas autoras do artigo, no Programa de Pós-graduação em Geografia (ProGeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Elias.

Ambas as regiões devolveram-se atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e apresentam uma urbanização, evidenciada pelas novas dinâmicas populacionais e crescimento da economia urbana. Deste modo, o objetivo central deste artigo é indicar o modo como ocorreu a expansão da fruticultura e da soja, com suporte na territorialização das empresas agrícolas, nessas regiões, bem como as transformações resultantes desse processo no campo e na cidade.

É reconhecido o fato de que, apesar das semelhanças, cada uma dessas sub-regiões exprime especificidades, ao depender da forma como os novos processos, com suas respectivas dinâmicas e agentes, interagem e/ou criam rupturas no espaço. Para alcançar esse entendimento, à metodologia é pensada e trabalhada tendo como ponto de partida (guardadas é claro, as singularidades do objeto e tema de análise, por isso as adaptações necessárias) a proposta teórico-metodológica elaborada por Elias (2006, 2011, 2013), desenvolvida dentro do Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (Globau), desde 1999<sup>5</sup>. Em linhas gerais, os procedimentos metodológicos deste estudo consideram principalmente: pesquisa bibliográfica e documental, análise sistemática dos conceitos e teorias selecionados, definição de temas e eixos norteadores, elaboração de bancos de dados, organização de hemeroteca, tratamento estatístico e cartográfico e trabalhos de campo.

### **OCUPAÇÃO DOS VALES ÚMIDOS E DOS CERRADOS E A CHEGADA DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS**

Hoje não se pode mais falar de um só Nordeste brasileiro, mas da existência de vários “nordestes”, como enfatizou Araújo (1997), com profundas diferenciações entre si, promovidas pela própria divisão territorial do trabalho que causa especializações nos lugares. No Nordeste, é possível que coexistam estruturas e dinâmicas modernas convivendo com áreas e segmentos econômicos tradicionais, contribuindo, assim, para tornar a realidade regional muito mais diferenciada e complexa.

Nos últimos anos da década de 1990, as decisões dominantes tendem a ser as do setor privado, em razão da crise do Estado e das novas orientações governamentais, ao lado da evidente indefinição que tem marcado a política de desenvolvimento regional no Brasil. Araújo (1997) comenta sobre a interrupção do movimento de desconcentração do desenvolvimento na direção das regiões menos desenvolvidas, enquanto há um esforço ao dinamismo dos espaços econômicos mais competitivos, mesmo dentro dessas regiões, como recomenda a opção pela prioridade à integração competitiva no mercado em globalização acelerada.

---

<sup>5</sup>ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Catia Antonia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho. (Org.). *Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013, p. 201-220.

Com efeito, as novas forças atuantes no sentido de induzirem à desconcentração das atividades produtivas, entre elas a abertura comercial, favoreceram o surgimento de pontos dinâmicos voltados à exportação. As inovações tecnológicas vinculadas à produção, bem como a montagem de uma logística nas decisões de localização de estabelecimentos diversos e a ação ativa dos governos locais, oferecendo incentivos fiscais, possibilitaram a algumas regiões se integrarem a um mercado intensivamente dominado pelos agentes globais e seus aliados internos.

Enquanto nos anos de 1940 a 1950 predominava uma articulação meramente comercial entre o Nordeste e demais regiões brasileiras, nas décadas de 1970 e 1980, passou-se a uma integração produtiva ao mercado nacional comandada pelo grande capital industrial e pelo Estado Nacional e, anos de 1990, ganharam destaque as novas formas de articulação da economia brasileira à economia de abrangência mundial, em que articula fortemente as porções do espaço regional nordestino para fora da região.

A seguir, indicar-se-á o quadro histórico e econômico que serviu de base para a reestruturação produtiva da agricultura e do território na região do oeste baiano e na que compreende os municípios fruticultores do Ceará e Rio Grande do Norte, em associação ao agronegócio, o que proporcionou uma integração competitiva das regiões ao mercado internacional.

### **Ocupação e modernização agrícola dos vales úmidos no RN e CE**

A ocupação do Rio Grande do Norte iniciou-se no século XVI (ANDRADE, 1981), estendendo-se ao século XVII, quando foi ocupado o espaço cearense. A abertura de caminhos, trilhados pelo Estado português e pelos agentes sociais envolvidos com a atividade da pecuária, esboçou historicamente a primeira configuração espacial do que hoje se conhece das duas unidades federativas mencionadas. Essa conformação do espaço resulta de interesses políticos, econômicos, sociais, e é assinalada por conflitos e resistências do povo indígena.

O desenvolvimento da pecuária até o final do século XVIII, em ambos estados superpôs-se ao espaço indígena preexistente. A pecuária foi indutora de novos parâmetros produtivos e culturais, do surgimento de vilas e povoados, bem como da formação de uma futura rede urbana. A circulação de excedentes produzidos no campo e reproduzidos pelo capital comercial deu origem à lógica da produção do espaço urbano nessas unidades federadas.

Comentam Fernandes (1992) e Albano (2011) que, no ano de 1775, na ribeira do Açu, surgiu a freguesia de São João Batista do Açu (hoje Município de Açu), com o maior número de fazendas de gado de toda a Capitania do Rio Grande do Norte. O Município de Mossoró iniciou-se do “Arraial de Santa Luzia de Mossoró”, que, por sua vez, se formou com base em um povoado ao redor da fazenda Santa Luzia, à margem esquerda do rio Mossoró, em meados de 1750 (CASCUDO, 1984; ALBANO, 2011). No final do século XIX e início do século XX, quando as principais vilas da Capitania do Ceará eram Aracati e Icó, surgiam as Vilas das São Bernardo das

Russas (atual Município de Russas) e de Limoeiro (atual Limoeiro do Norte). A primeira nasceu de uma fazenda pertencente a portugueses que vieram plantar e criar gado na planície do rio Jaguaribe, enquanto a outra proveio de uma fazenda de gado pertencente a um comerciante descendente de proprietários de oficinas de charque de Aracati. Todos os povoados, que afloraram para vilas e depois para cidades, surgiram nos entroncamentos de rotas por onde o gado era transportado em direção à Zona da Mata.

As frequentes secas trouxeram grandes dificuldades para a reprodução da atividade pecuária, nas áreas do sertão nordestino, que constituíam o que Oliveira (1993) chamou de “Nordeste agrário não-açucareiro”. Essas áreas foram redefinidas pela cultura do algodão, voltada para o mercado internacional, sem que a pecuária desaparecesse. A produção do algodão, já realizada pelos indígenas para o autoabastecimento, então se voltava para a exportação, adquirindo destaque no século XIX, nos vales dos rios Mossoró/Açu/Jaguaribe.

A base de sustentação da economia dos dois estados, nos primeiros anos do século XX, foi o binômio gado-algodão. No baixo Jaguaribe, comentam Soares (2000) e Chaves (2010), essas atividades foram responsáveis pela expansão demográfica e formação de uma elite regional cujo fundamento de poder se assentava na propriedade da terra e no controle econômico e político do espaço. Com essas atividades, também surgiram as agroindustriais de beneficiamento de algodão, ganhando destaque o Município de Russas, como a empresa Costa e Silva, criada em 1922, pertencente a um grupo de pecuarista de Aracati; e a RICASA, instalada pela Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S/A, em 1936.

Conforme noticiou Mariz e Suassuna (2002), em 1920, das cinco mais importantes empresas comerciais do Rio Grande do Norte, três se encontravam sediadas em Mossoró: a Felinto Elysio (algodão), a M.F. Monte e Cia (algodão e sal) e a Tertuliano Fernandes e Cia (sal), tendo surgido, em 1935, mais uma importante organização de beneficiamento de algodão, a Alfredo Fernandes. Além das sociedades comerciais de beneficiamento do algodão, ainda existiam as destinadas à fabricação de cera de carnaúba, óleo, sabão e outros produtos.

No final dos anos de 1960, a economia dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte passou por dificuldades, associadas às recorrentes estiagens e à inexistência de uma estrutura hídrica de viabilização da atividade agropecuária. Outro agravante foi a desvalorização da cera de carnaúba no mercado internacional, em decorrência da substituição de produtos naturais por sintéticos. Essa realidade dificultou a reprodução econômica e política da elite agrária local, que passou a reivindicar, dos seus governos, uma solução para a retomada de suas economias regionais. Para promover a integração econômica entre as regiões brasileiras e alavancar a balança comercial, o Estado, nos anos de 1960, passou a criar e direcionar programas e políticas públicas de promoção da economia agrícola, como foco na irrigação e produção para o mercado nacional.

Com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, foram realizados estudos para viabilizar economicamente as bacias hidrográficas dos rios Piranhas/Açu e Apodi/Mossoró (RN) e do Jaguaribe (CE). No mesmo ano em que foi concebida a SUDENE, se instituiu o Grupo de Estudo do Vale do Jaguaribe (GEVJ) com a colaboração do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e do Governo francês, objetivando subsidiar a elaboração de um diagnóstico econômico, base para uma intervenção planejada do Estado no referido vale. O mesmo aconteceu nos rios Apodi/Mossoró e Piranhas-Açu, acerca deste, foi realizado estudo encomendado pelo DNOCS à empresa Hidroservice, nos anos de 1967 a 1971, que demonstrou um conhecimento mais profundo do seu potencial econômico.

Entre as políticas públicas implantadas na década de 1970, destacam-se as de irrigação, as quais beneficiaram os baixos cursos dos rios Apodi/Mossoró e Piranhas/Açu, no Rio Grande do Norte, e Jaguaribe, no Ceará. Os perímetros públicos de irrigação implantados nessas áreas foram ocupados por pequenos produtores familiares, voltados ao cultivo da policultura. Faz-se referência aos projetos: Morada Nova/CE (1970), Cruzetas/RN (1972), Itans-Sabuji/RN (1973), Pau dos Ferros/RN (1973), Jaguaruana/CE (1977), Baixo Açu/RN (1979). Este último, embora iniciado no final dos anos 1970, com a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, só teve a primeira etapa concluída em 1983, ao final da construção da referida barragem. Dos perímetros públicos pioneiros, não mais existem o Jaguaruana (CE) e Cruzeta e Itans-Sabuji, no Rio Grande do Norte.

Na década de 1980 também foram criados perímetros públicos no Ceará, como o Jaguaribe-Apodi (produção iniciada em 1987) e o Tabuleiro de Russas (construção iniciada em 1992 e funcionamento desde 2004). Os três últimos perímetros (Baixo Açu, Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas) foram instituídos no contexto de mudanças na política nacional de irrigação, quando esta passou a priorizar a ocupação das empresas e o incentivo ao agronegócio para o mercado internacional.

Com a modernização agrícola patrocinada pelo Estado, desde os anos de 1970 – que teve o apoio da elite político-econômica regional – grande parte das agroindústrias de capital local desaparece. Conforme a leitura de Soares (1999), a integração do mercado nacional e a industrialização, esta baseada no grande capital monopolista, destruíram organizações surgidas localmente em função de especificidades regionais. Com efeito, emergem empresas agrícolas com uma maior base tecnológica e financeira, possibilitando assim, um aumento da produtividade e maior poder de concorrência junto ao mercado.

No baixo curso do rio Apodi-Mossoró, a irrigação comandada pela grande empresa, iniciou-se no ano de 1970, com a Mossoró Agroindústria S.A (MAISA), que adquiriu 20.202 ha de terra, principalmente, para produzir algodão. Um ano depois, a empresa Agropecuária Knoll instalou-se no baixo curso do rio Açu para produzir algodão herbáceo. Com a crise do algodão, no final dos anos de 1980, período em que o modelo nacional fordista se fortaleceu no País, as empresas

MAISA e Fruticultura do Nordeste S.A (FRUNORTE) que comprou 10.920 ha de terra no baixo Açu, passaram a produzir frutas para o Centro-Sul brasileiro e mercado externo. Quando além destas empresas, no início dos anos 1990 outras se dedicaram à produção de frutas para exportação, o Rio Grande do Norte, por meio do seu principal produto de exportação, o melão (*Cucumis Melo*) passou a ser destaque na exportação de frutas da região Nordeste.

Após o ano de 1994, com o ajuste e estabilização da economia por meio do Plano Real, e a redução dos incentivos do Estado (SUDENE e FINOR), as empresas foram submetidas a um ambiente de livre mercado e enfrentaram dificuldades. No Rio Grande do Norte, a MAISA e a FRUNORTE, para manterem-se, comenta Nunes (2009), criaram como estratégia a integração com agricultores familiares assentados pelo programa de reforma agrária do Governo Federal.

Apesar dos esforços, com a imposição de um conjunto de normas internacionais de controle de qualidade, por meio do Programa de Certificação EUREPGAP, organizações e produtores familiares integrados à empresa Maisa foram submetidos às exigências de controle de qualidade da produção e faliram. Vale ressaltar que outras questões ressoaram nesse momento, principalmente ligadas aos direitos trabalhistas dos trabalhadores da MAISA.

No Ceará, especialmente no baixo Jaguaribe, as empresas agrícolas que produziam frutas para a exportação, sendo priorizado o mercado internacional, chegaram apenas na segunda metade dos anos de 1990, sendo a chapada do Apodi o subespaço privilegiado para a sua produção. No ano de 1996, instalou-se a empresa FRUPEC, no Município de Quixeré, área adjacente do perímetro público Jaguaribe-Apodi, que teve sua ocupação iniciada no ano de 1989. Uma das primeiras empresas voltadas à produção de frutas, a se instalar dentro do referido perímetro, foi a FRUTACOR, em 1998. As empresas da fruticultura também já estavam presentes nos primeiros anos de ocupação do Distrito de Irrigação Tabuleiro de Russas (DISTAR) Chapadão de Russas, que teve início em 2004. São aqui mencionadas duas delas – Agrícola Famosa e AGROSOL.

A mobilidade do grande capital interno à região do agronegócio da fruticultura, que abrange municípios do Ceará e Rio Grande do Norte, iniciou-se com a inserção da multinacional Del Mont Fresh Produce. A empresa instalou-se, primeiramente no Rio Grande do Norte, nos Municípios de Ipanguaçu (meados de 1980) e Açu (início dos anos 1990) e, em seguida, no Ceará, nos Municípios de Quixeré (2000) e Limoeiro do Norte (2001).

### **Formação espacial do oeste baiano e a modernização da agricultura**

Até meados do século XX, o oeste baiano ainda exibia atividades econômicas de caráter mais extensivo, de base técnica tradicional e baixa produtividade, não necessitando de maior integração espacial, como: pecuária extensiva, lavoura de algodão arbóreo, agricultura de subsistência, artesanato e extrativismo, fazendo com que a rede urbana regional continuasse

dispersa até o referido período. Consoante Santos Filho (1989, p. 26), disserta sobre a cidade de Barreiras,

a futura capital regional é, em 1850, um agrupamento de 20 casebres de taipa. Em 1902, reúne 630 casas e cerca de 2.500 habitantes. A ocupação do cerrado é, assim, lenta e rarefeita, como no conjunto do Além-São Francisco<sup>6</sup>. E mantém tais características até os anos 1940-1950.

Nessa época, a economia regional do oeste baiano estava, portanto, direcionada ao atendimento apenas das demandas imediatas das cidades. Na opinião do autor citado, isso se deu, primeiramente, associado às limitações da própria economia baiana, ante o decadente comércio de Salvador e o surto cacauero isolado do sul do Estado e, em segundo lugar, decorreu da ausência de atividades dinâmicas na própria região, não permitindo que fossem superadas as dificuldades impostas pelas imensas distâncias dessa área em relação aos principais polos industriais do País.

Santos Filho (1989) conta que foi somente entre a virada dos anos 1950/60, e início da década de 1970, que a região conheceu mudanças de grande significado. A criação de Brasília em 1960 foi deveras impulsionadora desse fenômeno, haja vista que abriu perspectivas de satelização da região oeste da Bahia, perante o polo urbano que se instalou no novo Distrito Federal, e que favoreceu a valorização de terras nos cerrados, já que a nova rede viária aproximou essa área dos grandes centros de produção e consumo do País.

Nesta ocupação dos cerrados baianos, destacou-se também a implantação de programas oficiais de governo. Na década de 1970, instalou-se em Barreiras uma diretoria regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que estruturou projetos de colonização e irrigação na região, como os perímetros irrigados “Barreiras - São Desidério Sul” e “Barreiras Norte”. Também tiveram importância o “Programa de Ocupação Econômica do Oeste”, de 1980, e o “Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano”, de 1987. O oeste baiano ainda foi favorecido pela segunda etapa do “Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado” (PRODECER), com financiamento advindo de bancos privados japoneses e da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA).

Como as propriedades no Sul do País encareceram entre os anos 1970/80, e as terras se tornaram pequenas para as famílias que continuavam crescendo, os colonos sulistas passaram a abrir fronteiras agrícolas. Essa produção se expandiu para o Centro-Oeste e, posteriormente,

---

<sup>6</sup>Termo histórica e culturalmente formado para denominar a área que compreende o vasto território ocupado pelos 35 municípios localizados na margem esquerda do rio São Francisco e cuja área tem uma extensão pouco superior aos 183 mil km<sup>2</sup>. Esta delimitação não deve ser confundida com a Região Econômica Oeste da Bahia ou mesmo com o Território de Identidade Oeste, pois ambas as unidades de regionalização possuem, antes de tudo, um caráter político-administrativo e, por isso, não cabem satisfatoriamente as dimensões históricas e culturais que dão sentido ao chamado “Além São Francisco”. (BRANDÃO, 2010).

atingiu os cerrados nordestinos. Parte desta leva de agricultores experientes<sup>7</sup> – que dominavam técnicas modernas – se dirigira para o oeste da Bahia, no final da década de 1970, aproveitando-se das iniciativas do Estado e do baixo preço das terras naquela época. Para tanto, os créditos e financiamentos bancários foram decisórios nessa incorporação de terras nos cerrados baianos. Determinante também foi o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado (CPAC), mediante o desenvolvimento da tecnologia de manejo dos solos, da pesquisa de melhoramento agrícola e da criação de variedades de soja adaptadas à região.

A incorporação e a concentração de terras no oeste baiano foram direcionadas basicamente por duas frentes: de um lado, por grandes empresas rurais (produtores individuais) e, da outra parte, por cooperativas. As empresas concentraram-se, em meados dos anos 1980, nos Municípios de Barreiras, Correntina, São Desidério, Cocos e Coribe, todos contando mais de 100 empresas em seus limites, enquanto Correntina e Riachão das Neves possuíam um pouco menos do que isto. Mais de 95% desses produtores eram originados do Centro-Sul do País, sendo que a maior parte destes chegou após 1980. O fato é que eram e até hoje é assim – médios e grandes produtores, não havendo espaço para a agricultura familiar.

As cooperativas também tiveram preponderância no avanço da agricultura moderna dos cerrados baianos, principalmente, nos anos 1980, exercendo o papel de principal fornecedor dos elementos materiais da produção (sementes, máquinas, produtos químicos), serviços de aluguel de tratores e colheitadeiras e assistência técnica, e ainda garantiam aos seus cooperados o acesso ao crédito e a comercialização de seus produtos.

Deste modo, na década citada, grandes cooperativas do Sudeste e Sul do País, como a Cooperativa Agrícola de Cotia (SP) e a Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central Ltda. (COACERAL)<sup>8</sup>, se implantaram no oeste baiano, ligadas diretamente ao capital japonês proveniente dos financiamentos do PRODECER. E ainda assistiu-se à criação de cooperativas locais, como a Cooperativa dos Produtores de Grãos dos Gerais Ltda. (COPERGEL)<sup>9</sup> e a Cooperativa Mista Agro Formosa do Rio Preto Ltda. (COPERMOSA). Dessas cooperativas pioneiras, atualmente existem na região apenas a antiga Cotia, hoje Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia (COOPROESTE), com sede em Luís Eduardo Magalhães, e a Coaceral, sediada em Formosa do Rio Preto.

Ainda nos anos 1980, instalaram-se importantes agroindústrias no oeste baiano. Em 1988, implantou-se, próximo à cidade de Barreiras, a empresa Óleos Vegetais da Bahia (OLVEBASA),

<sup>7</sup> Alguns já eram agrônomos de formação, introduzindo o cultivo da soja e a implantação de perímetros irrigados e projetos agroindustriais.

<sup>8</sup> No Município de Formosa do Rio Preto, a Coaceral adquiriu sozinha, na época, uma área de 420.000 ha, que pode ser comparada ao total da área conquistada, que foi de 748.343 ha.

<sup>9</sup> Surgiu em julho de 1981, organizada por migrantes pioneiros, com o objetivo de atuar segundo o modelo a que estavam habituados em seus estados de origem.

indústria pertencente ao grupo Chaves, da cidade de Ilhéus, posteriormente comprada pela Cargill. Em 1991, foi concluída em Mimoso do Oeste a indústria de refino de óleo de soja da Ceval<sup>10</sup>, sendo seu controle acionário adquirido, em 1997, pela Bunge Limited que, em 2000, passou a se chamar Bunge Alimentos S/A. Tanto a Bunge, quanto a Cargill, representam hoje os maiores empreendimentos industriais da região, atuando da comercialização ao esmagamento de grãos, do financiamento agrícola à produção e venda de fertilizantes, e se beneficiam de uma hegemonia exercida sobre a logística, em especial, o sistema de armazenamento.

Atualmente, o oeste baiano representa, em termos de Nordeste, a principal área de produção agrícola moderna de grãos, destacando-se o cultivo de soja, mas também é possível observarmos o crescimento progressivo da produção do algodão, milho, café, milheto e sorgo. Nesta área, estão instaladas unidades das principais *tradings* internacionais de comercialização de grãos, plantas industriais das maiores esmagadoras de soja do Brasil e do Mundo, além de cooperativas, associações empresariais e de uma variedade de empresas de comércio e serviços que atendem à expansão do agronegócio na região. Isto justifica o fato de o oeste baiano ser uma área importante de recepção de fluxos de outras sub-regiões, relacionados ao comércio de ferramentas, maquinaria e serviços especializados para a produção agrícola.

A região da produção da soja ora analisada é composta pelos Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Baianópolis, Cocos, Jaborandi, Serra do Ramalho e Santana. Entre esses, Barreiras e Luís Eduardo são aqueles que melhor expressam o impacto das mudanças na economia urbana decorrentes da expansão do agronegócio nesta área. Os outros núcleos urbanos próximos, contudo, também expressam sua importância dentro dos circuitos produtivos da soja, mesmo que do ponto de vista da produção propriamente dita, principalmente São Desidério, Correntina e Formosa do Rio Preto – maiores produtores de soja, milho, café e algodão da região.

Assim, a agricultura moderna globalizada que chega aos cerrados nordestinos, com a propagação dos *fronts* agrícolas do Sul e Centro-Oeste do País, nos anos 1980, introduziu um *novo tempo* (FREDERICO, 2010), ao trazer consigo objetos técnicos deveras funcionais à difusão do capital agrícola. A ampliação das relações mercantis e o estabelecimento de sistemas de transportes e de comunicação mais modernos, bem como a presença do Estado, proporcionaram condições para maior fluidez territorial das mercadorias e das pessoas, permitindo, assim, atrair mais população e empresas para esses rincões do País (ALVES, 2009).

---

<sup>10</sup>Inicialmente proposta para o futuro Distrito Industrial de Barreiras, onde o grupo Hering havia adquirido lotes, a Ceval (posterior Bunge) achou mais lucrativa a localização em Luís Eduardo Magalhães (então Mimoso do Oeste), diante da proximidade das áreas produtoras.

## **AS EMPRESAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO NO CAMPO**

A passagem do século XX para XXI é marcada por grandes transformações na economia e espaço mundiais. Este último tornou-se essencial à reprodução do capital, uma vez que, o desenvolvimento de atividades lucrativas depende diretamente do jogo de dominação dos espaços mais susceptíveis a adequação e ao modelo de exploração dominante.

Após a Segunda Guerra Mundial, comenta Corrêa (1992) que a empresa multinacional passou a constituir o mais importante agente da reorganização espacial capitalista. Sua ação traduziu-se na escala mundial, numa nova Divisão Internacional do Trabalho, que envolve a produção simultânea em diversos lugares de diferentes partes componentes de um mesmo produto.

As empresas, principalmente, as multinacionais, de acordo com Chesnais (1996), ao se introduzirem nos lugares exprimem, dentre outras vantagens, as decorrentes da internalização e da localização. Corroborar-se a ideia de Corrêa (1992) quando ele chama atenção para o fato de que as grandes corporações exercem grande poder de pressão econômica e política nos governos e na (re)organização dos lugares onde se instalam. O deslocamento dos processos produtivos provoca a desterritorialização do capital e a emergência de protagonistas na economia mundial, que exercem poder e força sobre as economias nacionais, no tocante à decisão sobre o que, como e onde produzir (BENKO, 2002, p. 237).

Nesse âmbito ocorreu a vinda, para o Brasil, de grandes grupos multinacionais do agronegócio mundial. Nessa parte do trabalho se examinará, portanto, a atuação de alguns desses, respectivamente, do ramo frutícola e sojicultor: Del Monte e Fyffes, situadas nos baixos cursos do rio Apodi/Açu (RN) e Jaguaribe (CE); Bunge e Cargill, presentes no oeste da Bahia. Essas empresas estabelecem relações, materiais e imateriais, com o Território Nacional, e, além deste, mediante as redes agroindustriais. As atividades dessas corporações promovem significativas transformações nas áreas pesquisadas, como veremos adiante.

### **Del Monte e Fyffes: expansão do agronegócio da fruticultura no RN e CE**

As multinacionais do agronegócio da fruticultura se configuram como oligopólio. As exportações mundiais de banana e conseqüentemente de outras frutas, conforme Albano (2011), são quase inteiramente controladas pelas seguintes empresas: Dole Food Company Inc., com sede na Califórnia, e Chiquita Brands International Inc., sediada em Ohio, ambas nos Estados Unidos da América; Del Monte Fresh Produce, instalada nas Ilhas Cayman, território britânico no Caribe, ao sul de Cuba; Noboa, situada nas cidades de Guayaquil (Equador) e em Dublin (Irlanda); e Fyffes Pineapples Limited, também com sede na capital do Eyre. Duas dessas empresas – Del Monte e Fyffes – possuem fazendas na chapada do Apodi, nos Municípios de

Limoeiro do Norte e Quixeré, no Ceará. A primeira empresa ainda tem fazendas nos Municípios de Ipanguaçu e Açu, no Rio Grande do Norte.

O Brasil, apesar de ser um dos maiores produtores mundiais de banana, ocupa uma posição bem afastada das primeiras posições do ranking dos grandes exportadores (FIORAVANÇO, 2003). Essa fruta no Brasil só se inseriu na lógica da globalização plenamente, em 1993, com a chegada ao País da multinacional Del Monte Fresh Produce, uma das maiores exportadoras de banana e frutas do mundo. A marca Del Monte nasceu no final do século XIX, anos de 1880, em Oakland, no Estado estadunidense da Califórnia, sendo desenvolvida para dar nome a uma mistura de café feita com exclusividade para o elegante Hotel Del Monte, na Península de Monterey (DEL MONT FOODS, 2011).

Em 1892, referida marca foi amplamente utilizada na expansão dos negócios da firma e, no decorrer do século XX, diversificou sua atuação, indo desde a produção de frutas e legumes frescos até a industrialização. Hoje, a multinacional tem um elevado nível de verticalização: produz, transporta, processa, comercializa e distribui frutas para os mercados dos EUA e da Europa. Ainda lida com negócios de investimento em mercado financeiro, imobiliário e no setor turístico<sup>11</sup>.

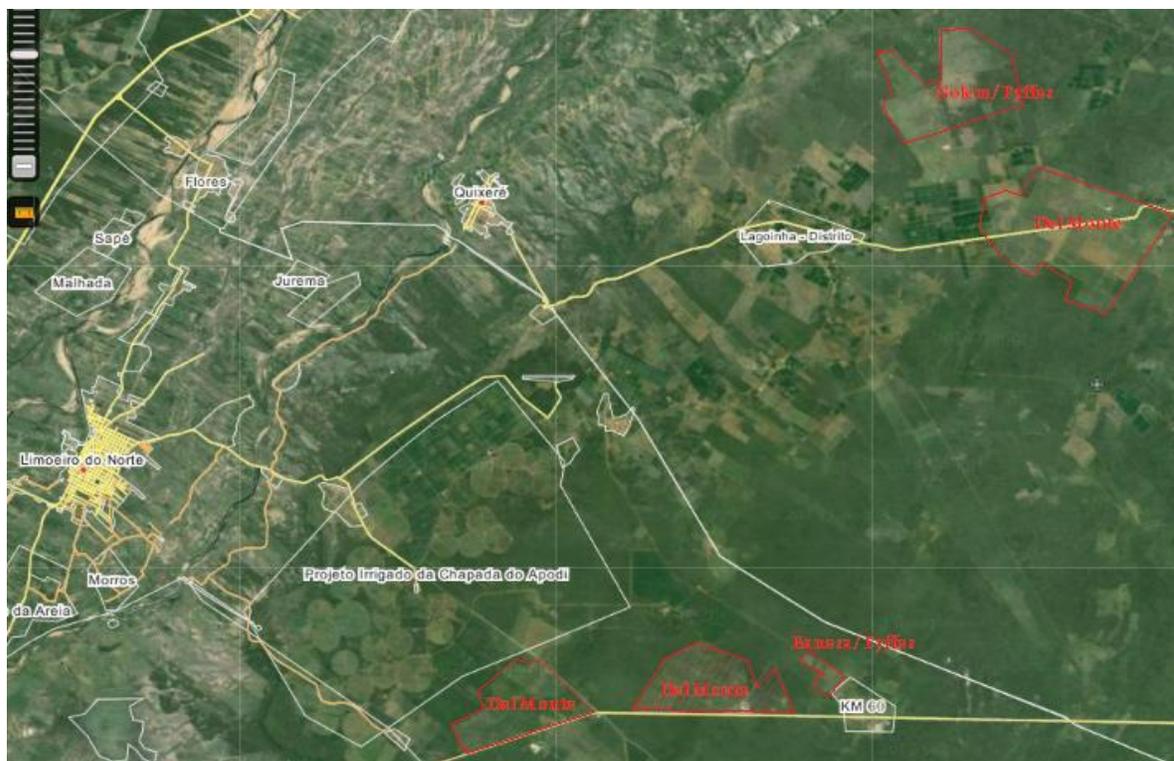
A Del Monte iniciou a sua produção no Brasil, no final da década de 1980, instalando-se no Município de Ipanguaçu, no Rio Grande do Norte. Vale ressaltar que a Multinacional se fixou primeiramente, por via de uma *joint-venture* pernambucana chamada de Directivos Agrícola, que queria expandir sua área de produção com bananas para exportação, escolhendo o referido município.

Celebrada a parceria entre as duas empresas, comenta Albano (2011), a Del Monte iniciou a compra de terra (502,4 ha), por meio da sua *joint-venture*, em 1995, a plantação no ano de 1996 e a colheita no ano seguinte, momento em que resolveu unilateralmente quebrar o contrato de parceria, trazendo uma série de prejuízos para a Directivos Agrícola. Nesse contexto, a Multinacional instalou-se efetivamente em Ipanguaçu e expandiu sua área de produção para dois outros municípios vizinhos: Açu e Carnaubais.

No ano de 2000, a empresa chegou ao Ceará, especialmente no baixo curso do rio Jaguaribe, instalando fazendas de melão no Município de Quixeré. Em 2001, passou a produzir abacaxi (*Ananas sativus*), em Limoeiro do Norte, área vizinha ao perímetro público Jaguaribe-Apodi, beneficiando-se da sua infraestrutura hídrica, viária, de eletrificação e telefônica. Além da Del Monte (figura 2) que produz 3.425 ha, entre melão, banana e abacaxi<sup>12</sup>, a multinacional Fyffes Pineapples Limited (figura 2) que tem uma área de 2.700 ha e produz bananas, principalmente, para exportação também se apropriou dessas vantagens locais.

<sup>11</sup> Informação obtida no site da empresa Del Monte (<http://www.delmonte.com/>). Acesso em 25/11/2013.

<sup>12</sup> Del Monte vai produzir bananas na área do Apodi. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04/06/2009. Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=643948>. Acesso em 01 nov 2013.



**Figura 02** - Fazendas da Del Monte e Fyffes, em Limoeiro do Norte (CE) e Quixeré (CE).

**Fonte:** Google Earth, image © 2013 MapLink/TerraMetrics Atlas. Data: 05/11/2013.

A marca “Fyffes” é a mais antiga do mercado frutícola mundial, encontrada em algumas frutas como banana, abacaxi e melão. A empresa, de capital irlandês, começou a funcionar em 1888, levando bananas das Ilhas Canárias para Londres. É a primeira Companhia a ter navios especialmente construídos para o transporte de banana, já em 1901. É uma empresa bastante verticalizada, controla a produção, a aquisição, o transporte, o beneficiamento, a distribuição e a comercialização de frutas. O seu foco maior é a aquisição e não a produção propriamente dita, uma vez que possui somente uma pequena parcela de fazendas em Belize; o resto da produção é comprado da Dole ou de outras fazendas menores em Belize, Suriname, Jamaica, Colômbia, Costa Rica, Panamá, Equador, Honduras, Ilhas Canárias e Brasil (ALBANO, 2011; FYFFES, 2013).

Em 2005, a Fyffes começou a atuar no Brasil por meio da sua joint-venture Bananas do Nordeste S/A (BANESA), produzindo melão (*Cucumis melo*) e melancia sem caroço (*Citrullus lanatus*) para o mercado externo. O projeto da empresa Banesa trata-se de uma iniciativa voltada quase que exclusivamente para exportação. Essa empresa começou a operar no ano de 2005 no Ceará, no perímetro público Jaguaribe-Apodi, em Limoeiro do Norte. Recentemente, 80% da produção vai para o mercado externo – Europa, Estados Unidos e Mercosul. Os outros 20% abastecem as praças de São Luís, Belém, São Paulo, além de fábricas de doce do Nordeste.

Em 2006, a Fyffes ampliou sua área de produção, adquirindo 60% do capital da empresa brasileira Nolem Nordeste<sup>13</sup>, que tinha fazendas de banana no Rio Grande do Norte e Ceará<sup>14</sup>. A multinacional, em 2009, assumiu o controle total das ações da Nolem, ao comprar os 40% restantes que pertenciam às famílias Rola e Gadelha (DIÁRIO DO NORDESTE, 2009)<sup>15</sup>.

A entrada das empresas multinacionais, apesar da geração de emprego e do aumento da cota de exportações, acentua as desigualdades socioespaciais reveladas pela: privatização da terra, exploração da força de trabalho assalariada; expropriação das famílias que moram e produzem no campo, frequentes doenças causadas pelos agrotóxicos que atingem os trabalhadores rurais mais pobres e a contaminação dos recursos naturais.

### **Bunge e Cargill: uso corporativo do território baiano**

O mercado de *commodities* agrícolas é um dos setores mais concentrados do mundo, sendo dominado, na maior parte, por empresas familiares e de atuação secular. A comercialização mundial de grãos está centrada nas mãos de apenas cinco famílias, que controlam quatro empresas: Famílias *Hirsches* e *Borns*, da Bunge; famílias *Cargill* e *MacMillans*, da Cargill; família *Louis-Dreyfus*, da Louis-Dreyfus, e Archer-Daniels-Midland, da ADM, atuando na compra e venda de grãos (soja, milho, trigo etc.), industrialização, logística, operações portuárias, importação e comercialização de insumos agrícolas. Mais recentemente é possível observar também intensiva entrada dessas empresas no circuito produtivo do açúcar e do álcool. Além das quatro citadas, atuam no Brasil também duas grandes *tradings* nacionais, a AMAGGI (que recentemente estabeleceu fusão com o grupo Louis-Dreyfus) e a Caramuru Alimentos.

No oeste da Bahia, por exemplo, a Bunge e a Cargill representam os maiores empreendimentos industriais da região<sup>16</sup>, movimentando a economia, os fluxos e a geração de empregos no setor. As instalações, tanto da Bunge quanto da Cargill, estão localizadas numa área entre os Estados de Tocantins, Piauí, Bahia e Maranhão, perto do “anel da soja”, rodovia construída pelo Estado para garantir o escoamento da produção de soja da região BAMAPITO.

A Bunge foi a primeira *trading* comercializadora de soja (*Glycine max Lineu*) a se instalar no Brasil, em 1905, por meio da compra de um moinho de trigo em Santos (SP)<sup>17</sup>, embora a Bunge

<sup>13</sup>Informação obtida no web site da empresa Fyffes:

<http://ww7.global3digital.com/fyffesplc/en/announcements/?ref=63> acesso em 01 nov 2013.

<sup>14</sup>A empresa possuía 3 mil hectares de melão irrigado e outros 3 mil de manga, caju, banana, mamão e abacaxi em Mossoró (RN) e Quixeré (CE).

<sup>15</sup>*Irlandesa Fyffes assume fruticultura no Apodi*. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13/04/2009. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/economia/irlandesa-fyffes-assume-fruticultura-no-apodi/> acesso em 01 nov 2013.

<sup>16</sup>Além da Bunge e da Cargill, também estão presentes no oeste baiano as *tradings* ADM – Archer-Daniels-Midland, Amaggi & LDCommodities, Noble, Multigrain e SLC Agrícola.

<sup>17</sup>Em 1905, a Bunge participa minoritariamente do capital da S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais, empresa de compra e moagem de trigo de Santos (SP - Brasil). É o início de uma rápida expansão no País, adquirindo diversas empresas nos ramos de alimentação, agrusiness, químico e têxtil, entre outros.

Brasil S.A. tenha sido constituída apenas em 2001, como resultado de uma reformulação societária com a incorporação das ações da Bunge Alimentos S.A., da Bunge Fertilizantes e da empresa de logística Fertimport. Esse grupo de empresas é controlado hoje pela *holding* Bunge Limited, corporação transnacional de origem holandesa<sup>18</sup>.

A Bunge Alimentos, com sede em Santa Catarina, é hoje a maior empresa brasileira de agronegócios e a terceira maior exportadora do País<sup>19</sup>, atuando, principalmente na compra, exportação e beneficiamento de soja; produção e comercialização de produtos alimentícios derivados de soja e trigo (*Triticum aestivum* Lineu); mineração e comercialização de fertilizantes e fosfatos para nutrição animal, operando também no segmento de açúcar e bioenergia. De acordo a Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (BRASIL, 2006), a ação desse conglomerado empresarial se fez sentir no Território brasileiro, especialmente de duas formas: aquisição de numerosas empresas menores do ramo, a maioria nacional, ampliando sobremaneira a sua potência na década de 1990; e constituição de redes que se estendem por grande parte do Brasil, mais concentradas no Centro-Sul.

No oeste baiano, a planta da Bunge Alimentos S/A (ex-Ceval) (figura 03) está localizada no perímetro urbano de Luís Eduardo Magalhães, possuindo uma capacidade de processamento de 4.100 tons./dia (1,23 milhões de toneladas/ano) de soja. Esta unidade tem ainda capacidade de refinar e envasar 750 tons./dia de óleo vegetal, de produzir 12 tons./dia de lecitina. Nesse Município, estão concentradas várias unidades da Bunge: de industrialização, de refino e produção de gorduras, de produção de lecitinas, de fertilizantes (NPK) e também armazéns, silos e um centro distribuidor fertilizantes.



**Figura 03-** Bunge Fertilizantes, em Luís Eduardo Magalhães. Fonte: Camila Dutra, outubro de 2012.



**Figura 04 -** Fábrica de processamento da Cargill, em Barreiras. Fonte: Camila Dutra, outubro de 2012.

<sup>18</sup> Hoje a maior parte do capital é estadunidense e a empresa possui sede em Nova Iorque.

<sup>19</sup> Informação obtida em entrevista realizada com o gestor comercial da Bunge (Unidade de Roda Velha, São Desidério – Bahia) em junho de 2013.

A Cargill (figura 04), empresa com capital de origem ianque, por sua vez, iniciou suas operações no Brasil, em 1965, com uma usina de beneficiamento e produção de sementes híbridas de milho, em Avaré (SP). Hoje, com sede em São Paulo, a empresa, embora com raízes no agronegócio, se tornou uma das mais importantes indústrias de alimentos no País, sendo também a principal exportadora de soja do Brasil e a maior processadora de cacau (*Theobroma cacao Lineu*) da América Latina. A empresa atua no ramo de comercialização, processamento e distribuição de produtos e serviços aos parceiros nos setores agrícola, alimentício, industrial, financeiro e de gerenciamento de risco<sup>20</sup>. A operação brasileira da Cargill possui unidades industriais, armazéns, escritórios e terminais portuários em cerca de 120 municípios no País.

A Cargill se instalou em Barreiras em 1988. A fábrica atual, localizada na BR-242 na saída para Luís Eduardo Magalhães, arrendada da Olvebasa (um grupo baiano), possui capacidade de processamento de 1.900 tons./dia (570 mil toneladas/ano) de soja. Referida fábrica produz farelo, óleo degomado (bruto) e óleo refinado, vendendo o último a granel e em embalagens para consumo no varejo. Em termos de armazenamento, os silos de Barreiras têm capacidade para mais de cem mil toneladas de soja e ainda concentram mais de sete unidades de armazenamento dispersas no oeste baiano para garantir o processamento da safra oriunda dos produtores da região.

Nas áreas onde ambas as empresas estão presentes fisicamente, ou por meio de relações de troca (pessoas, mercadorias e informações), nas últimas três décadas, ocorreram grandes transformações socioespaciais, influenciadas por sua presença. A estrutura das *tradings* tem um porte impressionante, subdividindo-se em fábricas e galpões de armazenamento que modificam a paisagem do oeste baiano: os silos impressionam pelo tamanho, quantidade e disposição. A despeito do porte dessas infraestruturas, tal processo modernizador tem profunda repercussão nas relações sociais de produção, como se verá.

## **DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NAS ÁREAS DA DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO**

Como indica Elias (2006), a reestruturação da produção e do espaço agrícola mostra-se incapaz de associar-se à consecução de uma sociedade mais justa, ao promover inúmeras desigualdades socioespaciais, como pode ser observado em qualquer uma das áreas citadas neste texto. A territorialização do capital e a oligopolização do espaço agrário, de fato, intensificaram as desigualdades socioespaciais nas regiões do agronegócio da fruticultura localizada nos baixos cursos dos rios Apodi/Açu e Jaguaribe e da soja no oeste baiano, tanto no campo quanto na cidade. A origem da exploração que afeta os trabalhadores é, sobretudo, a expropriação da *terra de trabalho* (MARTINS, 1980) – lugar de moradia e produção – vinculada a

---

<sup>20</sup> A Cargill possui a própria instituição financeira com licenças comercial, de crédito, financiamento e câmbio, trata-se do Banco Cargill S.A., com sede em São Paulo.

um modelo de crescimento econômico que valoriza a acumulação do capital em detrimento da reprodução digna dos moradores do campo, levando-os à desterritorialização.

O desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma contraditória e combinada (OLIVEIRA, 1999), o que conduz a se pensar que o modelo do agronegócio, por vezes, não substitui totalmente os pequenos e médios produtores, mas integra muitos deles a esse modelo, como acontece com a parceria estabelecida com algumas empresas da fruticultura, processo diferente da soja em que não existem agricultores familiares produzindo essa *commoditie*. A parceria e, principalmente, o trabalho assalariado são as relações de trabalho mais difundidas na produção de frutas para exportação.

Os problemas que atingem os trabalhadores assalariados da fruticultura são: jornada de trabalho intensa; ameaças de renovação de contrato perante o não cumprimento de metas estabelecidas; falta de assistência em relação ao repasse dos equipamentos de proteção individual (EPI's); desatenção por parte das empresas em relação aos acidentes de trabalho, tratados de forma banal e negligente; precárias condições de trabalho, contato com agrotóxicos que os levam à aquisição de doenças, enfim, a prioridade sempre se volta para o aparato tecnológico, a gestão logística e não o suporte básico para a melhoria das condições de trabalho e saúde dos funcionários, como são chamados.

O destino dessas famílias dos agricultores assalariados não é diferente da maioria daqueles expulsos dos subespaços urbanos de interesse do capital imobiliário: a periferia das cidades. Expropriados, pois, não mais têm o meio de reprodução social, que é a terra rural, muitos deles retornam ao campo como assalariados das empresas e passam a residir nos lugares destituídos de condições de moradia digna na cidade.

Os produtores, conhecidos como parceiros, inserem-se no agronegócio da fruticultura mediante a oferta do pacote tecnológico pelas maiores empresas. Estas ditam como produzir determinada cultura mediante o repasse do conhecimento técnico para esses pequenos e médios produtores e da venda da sua lavoura em troca de 10% da produção de cada. Tanto no Rio Grande do Norte quanto no Ceará, os produtores que conseguem se integrar às empresas do agronegócio não têm a capacidade de se manterem e se reproduzirem sozinhos, ficando na dependência das grandes corporações. Apesar desse tipo de associação contribuir para o acesso ao mercado e com o pagamento certo aos parceiros, estes reclamam do preço retribuído pela sua produção, dos altos custos do pacote tecnológico, não acumulando renda que a eles os permitam montar sua unidade produtiva independente. Enquanto, no assalariamento, a renda da terra acontece via produção propriamente dita, na parceria, ela é apropriada mediante circulação de mercadorias.

A divisão social do trabalho associada ao agronegócio das frutas imposta à região cria uma fragmentação espacial, em cidades que recebem todo um suporte financeiro do Estado e de agentes privados voltados a atividades produtivas e de atendimento a uma população de maior

poder aquisitivo, como ocorre nas de cidades de Limoeiro do Norte, Russas, Açu e Mossoró. Enquanto outras cidades, como Quixeré, Ipangaçu e Baraúna ficam à margem desses investimentos, pode-se mencionar aqui, centros que recebem grande contingente de trabalhadores das fazendas de fruticultura e, que com os seus salários, dinamizam suas economias urbanas.

De modo geral, se intensificam cada vez mais as diferenciações espaciais interurbanas e as desigualdades na escala intraurbana. Neste caso, é sensível a marca dessa desigualdade quando se procura conhecer as condições de moradias dos pobres urbanos, principalmente, da maioria dos trabalhadores assalariados da fruticultura.

A igual do que acontece na região da fruticultura, no oeste da Bahia há uma série de desigualdades criadas e reforçadas com a chegada das grandes empresas. A relação da Cargill, assim como da Bunge, com os municípios baianos onde estão instaladas é muito pequena, ocorre uma espécie de *especialização alienígena alienada* (SANTOS e SILVEIRA, 2001) destes lugares. Ambas as empresas foram atraídas, entre outros fatores, também, pela isenção tributária oferecida pelo Governo da Bahia, e sua infraestrutura aproveitou as plantas industriais já existentes na região.

Essas empresas não investem em ativos imóveis, não compram terras e, deste modo, não plantam. Isto é, se limitam a comprar a produção de terceiros a quem financiam (em sementes, fertilizantes, máquinas etc.) mediante hipotecas. Se, por lado, se livram dos riscos da produção, como adversidades climáticas, e dos problemas fundiários, de outro, tornam os produtores cativos da empresa, ao financiar as produções a juros altos e sob muitas exigências do mercado.

Essas empresas também cooperam para um “enxugamento” da mão de obra no circuito produtivo da soja, ante a automação industrial. Sendo assim, o número de empregos oferecidos por elas não é tão expressivo no lugar, diferentemente do discurso desenvolvimentista, destas e do Estado, da promessa de objetos modernos e empregos vindouros. Vale destacar, ainda, o fato de que esse contingente empregado é ainda composto de um grande número de trabalhadores especializados, oriundos de outros estados<sup>21</sup>. Esses novos agentes econômicos, com seus grandes capitais nacionais e globais, trazem novas práticas e formas de atuação, e com progressiva incorporação de seus espaços pelo capitalismo em expansão. Junto a isto, as desigualdades socioespaciais são reforçadas pela presença dessas empresas.

A agricultura moderna impõe também intensiva pressão sobre as tradicionais atividades econômicas da região, particularmente a pecuária extensiva e a agricultura de sequeiro, cujos produtores lutam a resistir à especulação fundiária. Os pequenos agricultores dos cerrados são mais diretamente afetados pela agricultura moderna, sobretudo, mediante o fechamento de campos de criação coletiva de gado e pela pressão no sentido da localização de suas terras (a

---

<sup>21</sup> Informação obtida em entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luís Eduardo Magalhães, em junho de 2013.

maioria ainda composta por posseiros), ao longo dos rios da parte oeste da região, onde cultivam arroz, milho e feijão (*Oryza sativa*, *Zea mays* e *Phaseolus acutifolius*).

A maioria dos membros dessas famílias de pequenos produtores também trabalha como mão de obra temporária nas fazendas modernas. No caso dos pequenos agricultores dos vales, estes também praticam agricultura de subsistência e se concentram nas partes leste e sul da região. A produção de *commodities* é concentrada quase 100% entre os grandes produtores. Simplesmente não há pequenos proprietários para a soja, o café (*Coffea arabica* Lineu) e o algodão.

O fato de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães concentrarem essas multinacionais do ramo de grãos e as principais atividades econômicas, culturais, de lazer e também os investimentos no setor público – saúde, educação, infraestrutura – da região, fez com que se conformasse em centro regional de atração de milhares de pessoas que, não encontrando o “eldorado”, somam-se ao contingente de habitantes dessas cidades, que sofrem com problemas de falta de moradia, insuficiência de serviços básicos, falta de emprego e outros.

Assim, apesar da potencialidade agrícola natural para a produção de grãos na região, grande parcela da população do oeste baiano não foi, de fato, beneficiada pelo fluxo monetário advindo dessas *commodities*, que é drenado para fora de lá e do País. E o planejamento urbano, por parte do Estado, não soluciona os problemas das próprias cidades, servindo simplesmente para administrar os conflitos sociais. Pode-se ilustrar este processo com a afirmação de Arroyo (2006, p. 83), quando ela diz que “numerosas e diversas situações mostram que a capacidade de gerar um excedente nem sempre implica a possibilidade de sua apropriação e gestão local”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As décadas finais do século XX foram marcadas por grandes movimentos do capital que afetam profundamente a dinâmica e a forma de funcionamento da economia mundial, bem como do Brasil e, em especial, do Nordeste, sendo as áreas de difusão do agronegócio exemplos dessa integração à economia mundial em torno dos interesses de grandes corporações produtivas e financeiras.

As regiões do agronegócio da fruticultura e da soja integram-se à globalização, etapa que Chesnais (1996) denominou *avançada e específica do movimento de internacionalização do capital*, respectivamente, por meio das suas produções. Se antes havia nesses espaços uma base econômica sob a direção de uma elite agrário-comercial, hoje quem comanda a economia das duas regiões são as corporações agrícolas nacionais e internacionais, articulando a produção e a renda da terra para lugares distantes.

A inserção desses espaços na lógica empreendedora capitalista não se traduziu, portanto, em benefício para a maioria de suas populações, nem de fato significou um verdadeiro

desenvolvimento regional, uma vez que, os investimentos foram dirigidos às áreas e agentes econômicos, na maioria, já dotados de condições favoráveis a atender as necessidades demandadas pela produção agrícola modernizada.

A expansão de empresas agrícolas entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará criou uma região funcional aos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da fruticultura para exportação. Empresas agrícolas, como as multinacionais Del Monte e a Fyffes, estão entre os principais agentes produtores dessa região. Mencionadas empresas não obedecem à divisão político-administrativa entre os Estados nem os interesses locais e regionais para se estabelecer, criando, assim, uma região criadora de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, fundamento para a existência e definição desse espaço da fruticultura.

O mesmo processo de expansão de empresas voltadas ao agronegócio ocorreu no oeste baiano. A Cargill e a Bunge atuam da comercialização e esmagamento de grãos, do financiamento agrícola à produção e venda de fertilizantes, e se beneficiam de uma hegemonia exercida sobre a logística, em especial, o sistema de armazenamento. Estas empresas estão entre as mais importantes multinacionais atuantes no setor do agronegócio de soja no mundo, e sua presença no oeste baiano ilustra bem a reestruturação espacial e produtiva de um circuito da economia voltado para a agroindústria globalizada.

Esses espaços guardam características em comum na sua incorporação ao grande capital, quando este se apropria das virtualidades próprias do lugar, ensejando especializações produtivas, seletividades, concentração fundiária e de renda, precárias relações de trabalho, intensificação do êxodo rural, rupturas dos modos de vida locais, enfim, uma série de desigualdades socioespaciais, criadas e reforçadas na escala urbana e regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Gleydson Pinheiro. Globalização da agricultura: multinacionais no campo brasileiro. **Terra Livre**, São Paulo, ano 27, v.1, n. 36, p.126-151, jan-jun/2011.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos Cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Orgs.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A produção do espaço Norte-rio-grandense**. Natal: UFRN, 1981.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Estudos Avançados, São Paulo, IEA/USP, vol. 2, nº. 29, p. 7-36, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100002)>. Acesso em: 22 out. 2007.

ARROYO, Maria Mônica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: Eliseu Savério Sposito; Maria Encarnação Beltrão Sposito e Oscar Sobarzo. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 71-85.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D. Agronegócio da fruticultura e da soja: a territorialização de empresas agrícolas nos cerrados e vales úmidos do nordeste brasileiro. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.2, nº3, p.118-141, jul./dez. 2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geoece>

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**, vol. 6, n. 1, jul. 2010. p. 35-50.

BRASIL. **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (Versão preliminar)**. Ministério da Integração Nacional-MI/ Universidade de Brasília-UNB/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Brasília, agosto de 2006.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto. 1984.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo. O processo de formação territorial e a urbanização do baixo Jaguaribe: do século XIX aos anos de 1960. In: AMORA, Zenilde Baima; HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de (Orgs.). **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Fortaleza. Expressão Gráfica Editora, 2010. p.189-220.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. In **Revista Brasileira de Geografia**, v. 54, n. 3, pp.115-121, jul./set. 1992.

DEL MONTE FOODS. 2011. Disponível em: <<http://www.delmonte.com>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Catia Antonia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013. p. 201-220.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 12, p. 153-170, 2011.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise.; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. p. 25-82.

\_\_\_\_\_. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: EDUSP, 2003.

FIORAVANÇO, João Caetano. Mercado mundial da banana: produção, comércio e participação brasileira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.33, n.10, out. 2003. <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/tec2-1003>. Acesso em 22 de outubro de 2013.

FERNANDES, Ana Amélia. **Autoritarismo e resistência no Baixo Açu**. Natal: CCHLA, 1992.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Annablume, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz E. Brandão. **História do rio Grande do Norte**. Natal: Sebo vermelho, 2002.

NUNES, Emanuel Márcio. Dinâmicas regionais e desenvolvimento rural no Nordeste do Brasil: o pólo Açu/Mossoró (RN). In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre: **Anais**, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró: período de 1980 a 2004**. Natal: EDUFRN Editora, 2009.

CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D. Agronegócio da fruticultura e da soja: a territorialização de empresas agrícolas nos cerrados e vales úmidos do nordeste brasileiro. *Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.2, nº3, p.118-141, jul./dez. 2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>*

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no oeste baiano**. Recife: SUDENE, 1989.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade do início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Elementos para uma geografia histórica do Baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional. In: **Revista Propostas Alternativas**. Fortaleza: Instituto IMOPEC, n. 7. 2000. p. 5-10.

\_\_\_\_\_. A agricultura e a reorganização do espaço: a rizicultura irrigada em Limoeiro Norte - Ceará. Recife. 1999. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, 1999.